

**Mídia, Jornadas de Junho e o Golpe de 2016:
o papel do Escola Sem Partido no clima político brasileiro da década de 2010**

*Media, Jornadas de Junho and the Coup of 2016:
the role of Escola Sem Partido in the Brazilian political climate of the 2010s*

Emanuelle Gonçalves Brandão RODRIGUES¹
Thainá Evellyn Martiniano ALEXANDRE²

Resumo

Considerando a notoriedade que o Escola Sem Partido ganhou nos debates educacionais e políticos a nível nacional nos últimos anos no Brasil, pudemos perceber que não somente o projeto de lei passou a ter influência, mas principalmente os ideais pregados pelo movimento. Diante disso, nosso objetivo com o presente trabalho é analisar a ascensão do movimento Escola Sem Partido e investigar a influência de suas ideias nos acontecimentos históricos que recentemente marcaram o contexto político e social brasileiro. Discutimos também o papel das mídias sociais no sucesso e expansão desse movimento, considerando-as um fator determinante de sua propagação. Para isso, nos utilizaremos de um levantamento histórico buscando compreender o momento de ascensão do movimento, a fortificação de suas ideias e a militância em sua defesa feita por representantes da direita e da extrema-direita brasileira.

Palavras-chave: Escola Sem Partido. Jornadas de Junho de 2013. Educação. Extrema-direita.

Abstract

Considering the notoriety that Escola Sem Partido has gained in educational and political debates at the national level in recent years in Brazil, we could see that not only the law project became to have influence, but mainly the ideals preached by the movement. Therefore, our objective with this work is to analyze the rise of the Escola Sem Partido movement and investigate the influence of its ideas on historical events that have recently marked the Brazilian political and social context. We also discuss the role of social media in the success and expansion of this movement, considering them a determining factor in its spread. For this, we will use a historical survey seeking to understand the movement's ascension moment, the fortification of its ideas and the militancy in its defense made by representatives of the Brazilian right and far right.

Keywords: Non-Partisan School. June 2013 journeys. Education. Far right.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM-UFPE). E-mail: ebrodrigues@gmail.com

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (PPGH-Ufal). E-mail: thaynamartiliano@gmail.com

Introdução

O início da década de 2010, no Brasil, foi de mudanças históricas. Naquele ano, Dilma Rousseff tornou-se a primeira mulher eleita Presidenta da República e, como sua eleição, outros acontecimentos marcaram o cenário político e social brasileiro durante esse período. As Jornadas de Junho de 2013, as eleições presidenciais de 2014 e o *impeachment* de Dilma, em 2016, são alguns deles. Esse também foi o mesmo período histórico em que vimos ascender movimentos de extrema-direita no país.

O Escola Sem Partido (ESP), criado em 2004, ganhou notoriedade e importância política a partir dessa época. Em sua tônica, encontramos não somente ideais conservadores, mas também ideais neoliberais, e por isso mesmo, um objeto importante dessa análise.

Neste artigo, abordaremos o processo de nascimento e ascensão do Movimento Escola Sem Partido a partir do contexto social e político de sua emergência, que parece ter como ponto de partida as manifestações de junho de 2013, que ficou conhecida como “Jornadas de Junho”.

Os ideais conservadores e de extrema-direita que começavam a ter visibilidade nas manifestações de junho de 2013 passaram a ocupar também as mídias e o ESP foi o ponto em que figuras da direita, extrema-direita e outros grupos que se enquadravam em um esquema particular de conservadorismo neoliberal se encontraram para ganhar notoriedade midiática, principalmente nas redes sociais. Esse momento foi de grande importância para compreender a ascensão do ESP e a força política dos ideais defendidos pelo projeto e seus militantes.

Por conservadorismo neoliberal estamos nos referindo a uma aliança entre movimentos aparentemente distintos, mas que vêm se constituindo como força política da direita e da extrema brasileira – e também mundial. Tal compreensão está ancorada na discussão de Brown (2019) sobre as alianças que vêm se desenhando em todo o mundo, dadas as suas particularidades, entre grupos que ela chama de neoconservadores, que se voltam para a defesa de valores tradicionais sobretudo no âmbito da família e do ambiente doméstico, e dos neoliberais, cujo centro do pensamento está ancorado na ideia de livre mercado e privatização de bens públicos.

Diante disso, nosso objetivo com o trabalho é investigar, através de um levantamento histórico, o papel do ESP e dos ideais defendidos por esse movimento na ascensão e força política de movimentos de extrema-direita e de figuras desse conservadorismo neoliberal no Brasil. E um importante meio de observarmos e alcançarmos o nosso objetivo é através da análise de como o ESP foi atuante nas mídias, principalmente nas redes sociais, campo fundamental para sua propagação.

Este trabalho é fruto de uma pesquisa realizada no âmbito da graduação em Comunicação Social na Universidade Federal de Alagoas (Ufal), que resultou também no Trabalho de Conclusão de Curso (MARTINIANO, 2019) intitulado “Neoliberalismo, Educação e Internet: O Youtube como ferramenta de difusão dos ideais do Escola Sem Partido”.

Da indignação ao movimento: o nascimento do Escola Sem Partido

Criado, em 2004, pelo advogado e procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib, o ESP é um projeto que nasceu da indignação de um pai com o professor de história de sua filha. Nagib se revoltou quando ela relatou que o docente tinha comparado Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana, a São Francisco de Assis, um dos santos mais populares da Igreja Católica³. Enquanto católico, Nagib, se indignou com a comparação e escreveu uma carta aberta ao professor, imprimiu várias cópias e distribuiu aos pais de alunos, o que não teve resultado naquele momento.

Diante da falta de êxito, Nagib criou uma página inspirada no *noindoctrination.org* site norte-americano (já fora do ar) que, como o ESP, utilizava o argumento da necessidade de uma educação apartidária para combater uma suposta doutrinação de esquerda existente nas escolas e questionar aulas e professores.

Miguel Nagib redigiu a proposta de Projeto de Lei 867/2015, apresentada a Câmara Federal pelo então deputado Izalci Lucas (PSDB-DF), no qual o principal objetivo seria a inclusão do “Programa Escola Sem Partido” entre as diretrizes e bases da educação brasileira.

³ “O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis”. El Pais Brasil, São Paulo, 25, junho, 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html. Acesso em 1 de jun. de 2021.

Além da PL à nível federal, no site do programa ESP, pode-se encontrar anteprojetos de lei a níveis estaduais e municipais, como também decretos obrigando a fixação de cartazes nas salas de aula expondo quais seriam os deveres dos professores, entre eles está discriminado que:

1. “O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias”;
2. “O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas”;

Com uma concepção de educação bastante distante da noção republicana, pública, gratuita e laica, o Movimento ESP indica bibliografias em seu site oficial, demonstrando o que seria para eles o papel da educação e do professor. Uma das leituras indicadas no site é o livro “Professor não é educador”, de Armindo Moreira, no qual o autor faz uma dissociação entre o ato de educar e o ato de instruir, que, segundo ele,

o ato de educar seria responsabilidade da família e da religião; então o professor teria que se limitar a instruir, o que no discurso do Escola Sem Partido equivale a transmitir conhecimento neutro, sem mobilizar valores e sem discutir a realidade do aluno (FRIGOTTO, 2016, p. 36)

Utilizando uma lógica de mercado para tratar a educação, na qual a relação entre professor e aluno consiste na prestação de serviço para um cliente, o projeto foi inspirado no Código de Defesa do Consumidor. De acordo com seu criador, ele

foi inspirado no código de defesa do consumidor. O código de defesa do consumidor intervém na relação entre fornecedores e consumidores para proteger a parte mais fraca, que é o consumidor, o tomador dos serviços que são prestados pelos fornecedores. Da mesma maneira, a nossa proposta ela intervém na relação de ensino-aprendizagem para proteger a parte mais fraca dessa relação que é o estudante, aquele indivíduo vulnerável, que está se desenvolvendo [sic] (TV SENADO, 2016, 4min50seg).

Nessa perspectiva, podemos perceber o forte apelo a ideologia neoliberal no discurso de Miguel Nagib, que consiste em individualizar o processo educacional e pensar a educação numa lógica mercadológica, como mera prestação de serviço. A concepção de educação do ESP não parece estar ligada ao fato da educação ser direito social e político, como é descrito na Constituição Federal em seu capítulo segundo, mas sim a um direito do consumidor, no qual os pais e alunos são consumidores e o professor facilitador de conteúdo.

Nesse sentido, o ESP reduz a função da escola apenas ao ato de instruir, concebendo o professor como mero agente reprodutor de conteúdo e, portanto, proibido de mobilizar qualquer tipo de reflexão sobre a realidade dos alunos. Justamente por isso, a atividade docente é um dos pontos mais atacados pelo PL 867/2015. Ele exclui as atribuições diretas ligadas à docência presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁴, como “o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e “a liberdade de ensinar”, substituindo por “pluralismo de ideias no ambiente acadêmico” e “liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da educação, da liberdade de consciência”, respectivamente.

O que propugna o Escola Sem Partido não liquida somente a função docente, no que a define substantivamente e que não se reduz a ensinar o que está em manuais e ou apostilas, cujo propósito é de formar consumidores. A função docente no ato de ensinar tem implícito o ato de educar. Trata-se de, pelo confronto de visões de mundo, de concepções científicas e de métodos pedagógicos, desenvolver a capacidade de ler criticamente a realidade e constituírem-se sujeitos autônomos (FRIGOTTO, 2016, p. 31).

A defesa de uma educação mecanizada e que não discuta os conflitos da sociedade de classe no qual vivemos demonstra mais uma vez a relação do ESP com a defesa de uma ideologia neoliberal. A defesa dos direitos privados, das liberdades individuais em detrimento de direitos coletivos, tudo isso dentro de uma lógica de mercado e de livre comércio. Porém, Harvey (2007) afirma que “liberdade” é “apenas mais uma palavra” para o neoliberalismo. E continua:

O Neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas políticas econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (...) Em suma, o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo (Ibid, p. 13-14).

Apesar de ter sido arquivado⁵ em Comissão Especial na Câmara Federal sem ter seu parecer votado no fim de 2018, as ideias que o ESP propaga já são fortemente

⁴ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em 2 de jun. de 2021.

encontradas em diversos segmentos da sociedade. Isso pode ser compreendido pela forma que o movimento organiza suas ações e atua em diversas frentes que os proporciona condições de visibilidade, legitimidade e penetração social. Mais à frente iremos destacar as frentes de atuação e os principais defensores do projeto.

Para além de ter um manual em seu site ensinando alunos e pais de alunos a delatarem professores “doutrinadores”, o ESP usa a estratégia de abordar temas polêmicos, apresentá-los à sociedade com uma leitura controversa e assim mobilizar suas bases para combater tais temas. Como em 2014, por pressão do Movimento ESP, foram retiradas do Plano Nacional da Educação⁶ os trechos que estabelecia que as escolas deveriam promover a igualdade de gênero, raça e orientação sexual⁷.

A partir de ações como essa, no qual o ESP de maneira organizada conseguiu pressionar o Congresso Nacional ao ponto das metas relacionadas ao combate à desigualdade de gênero no PNE fossem retiradas, demonstra sua força na atual conjuntura social e política do Brasil. O que nos revela também a transição do ESP de uma “associação informal de pais, alunos e conselheiros” para um movimento que tem militantes e defensores orgânicos e poder de mobilização de uma parcela da sociedade.

Com a bandeira da defesa do “apartidarismo”, diante de um cenário político polarizado, o projeto que se transformou em Movimento ESP avança em um contexto que já pôde ser visto em junho de 2013, em que diversas manifestações no Brasil os presentes pediam que bandeiras de partidos, principalmente da esquerda radical, fossem abaixadas⁸.

As manifestações de junho de 2013 podem ser destacadas como mais um processo utilizado por grupos de direita e liberais para retomar um poder institucional a frente do país. Podendo ser compreendido também como um período favorável ao discurso do

⁵ Comissão da Escola Sem Partido encerra trabalhos sem votar parecer; projeto será arquivado. G1, Brasília, 11 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/12/11/comissao-da-escola-sem-partido-encerra-trabalhos-sem-votar-parecer-projeto-sera-arquivado.ghtml>>. Acesso em: 2 de jun. 2021.

⁶ O PNE é a lei que estabelece diretrizes, metas e estratégias para serem cumpridas em dez anos. Atua desde a educação infantil à educação superior.

⁷ Entidades repudiam retirada da questão de gênero dos planos de Educação. Agencia Brasil, Mata de São João, 18 de junho de 2015. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-06/entidades-repudiam-retirada-da-questao-de-genero-dos-planos-de-educacao>>. Acesso em: 02 de jun. 2021.

⁸ "Sem partido!", gritam manifestantes contra uso de bandeiras em protesto em SP. UOL, São Paulo, 17 de junho de 2013. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/17/sem-partido-gritam-manifestantes-contra-uso-de-bandeiras-em-protesto-em-sp.htm>>. Acesso em: 02 de jun. 2021.

apartidarismo e a ascensão de pautas nos costumes, terreno no qual o Movimento ESP colheu frutos.

Diante desse caminho proposto, discutiremos questões que observamos serem importantes para compreender as razões da ascensão do ESP. A partir da análise desse levantamento histórico, poderemos ver que esse movimento dialoga diretamente com uma defesa de educação que mobiliza conceitos neoliberais e individualizantes, além de quê, defende uma noção de educação despolitizada e meramente instrumental. Nesse ponto, abordamos as ligações que mobilizam o movimento e dialogam diretamente com o golpe parlamentar que resultou no *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016.

Jornadas de Junho de 2013: o papel da mídia na emergência do “apartidarismo”

As jornadas de junho de 2013 ainda são vistas por muitos como um momento complexo da história recente. O período ficou marcado por uma onda de protestos que se iniciou em São Paulo e tomou as ruas em várias cidades do país, mobilizando milhares de pessoas. Os atos que na capital paulista foram organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL), levando milhares de manifestantes às ruas contra o aumento da passagem de ônibus.

Um fator importante a ser destacado é o uso das redes sociais utilizadas como meio de organização, mobilização e compartilhamento de relatos sobre os protestos. Não como principal elemento que ocasionou as manifestações, mas como elemento importante a ser destacado para sua compreensão.

As manifestações que inicialmente foram convocadas pelo MPL logo tomaram diversas páginas da internet, que passaram a atuar como protagonistas na convocação dos manifestantes. Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) revelou que 77% dos manifestantes tomaram conhecimento dos protestos pelo Facebook⁹ e que 75% utilizaram essa mesma rede social para convidar mais pessoas para as manifestações.

As Jornadas de Junho de 2013, um dos nomes pelo qual ficaram conhecidas aquelas manifestações, já apresentavam um indício do que viria a ser a polarização em

⁹Veja pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes. G1, São Paulo, 24 de junho de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acesso em: 02 de jun. 2021.

nosso país. No dia 20 de junho do mesmo ano¹⁰, um milhão de pessoas foram às ruas para protestar – registra-se que houve protestos em 388 cidades, incluindo 22 capitais. E nesse momento já se podia identificar os grupos que integravam essas manifestações:

nas manifestações de 20 de junho, a direita mostrou uma face dupla: grupos neonazistas serviam para expulsar uma esquerda desprevenida, enquanto inocentes “cidadãos de bem” de verde-amarelo aplaudiam. O número de participantes no país foi o maior até então. Mas começou a cair logo em seguida. A mudança ideológica dos protestos coincidiu com uma queda abrupta do número de manifestantes (SECCO, 2013, p.76).

Importante salientar que a defesa do apartidarismo partiu também de grupos e coletivos que “não se submetem a qualquer organização central” e tem suas atuações deliberadas “de baixo, por todos, em espaços que não possuem dirigentes, nem respondem a qualquer instância externa superior” (MPL, 2013, p.17). Compreendemos que o apartidarismo não é um fenômeno específico de grupos de direita.

Porém, grupos de extrema-direita que defendiam nos protestos a volta da ditadura militar, eram alguns daqueles que mais gritavam pelo apartidarismo das manifestações, tendo como um dos principais objetivos excluir partidos reconhecidamente de centro e de esquerda.

A ideia de que até uma manifestação política, que reivindica mudanças na vida da população seja “apartidária” e até mesmo neutra, que não mobilize pressupostos ideológicos é uma ideia presente fortemente nas manifestações de 2013 e que dialoga diretamente com o que defende o ESP para a educação. A nosso ver, junho de 2013 compôs um cenário propício para que grupos de extrema direita atuassem fortemente e que o discurso da neutralidade e do apartidarismo ganhassem significância no ambiente político, tornando-se uma bandeira expressiva nas manifestações *pró-impeachment* em 2016 e nos anos seguintes no Brasil, com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 sob o lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

¹⁰ Em dia de maior mobilização, protestos levam mais de 1 milhão de pessoas às ruas no Brasil. UOL, 20 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protestos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm>>. Acesso em: 02 de jun. 2021.

Mídia, Escola Sem Partido e o Golpe de 2016: um *impeachment* em nome de Deus e da Família

As disputas ideológicas que se intensificaram a partir de junho de 2013 puderam ser vistas mais intensamente nos acontecimentos que se sucederam no âmbito político no Brasil. O ano de 2014 foi emblemático, nesse sentido, com uma série de fatos que acirraram tais embates, como o escândalo da Petrobrás, o início da Operação Lava Jato, a nova “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” e as eleições presidenciais que consolidaram a polarização política, até o *impeachment* sofrido por Dilma em 2016 por meio de golpe parlamentar.

Trataremos mais à frente no texto o contexto do golpe que a presidenta Dilma sofreu, em 2016, em quatro vertentes – midiático, judiciário, policial e parlamento –, isto é importante para compreender a ascensão de personagens notórios para o crescimento do Movimento ESP, justamente porque os acontecimentos e as manifestações “*pró-impeachment*” mobilizaram valores e pautas que o projeto defende.

Iniciada em março de 2014, a Operação Lava Jato se tornou a maior investigação sobre corrupção realizada até hoje no país, tinha como objetivo apurar as redes “operadas por doleiros que praticavam crimes financeiros com recursos públicos”¹¹.

A Lava Jato e o momento que ela foi desencadeada tem uma forte ligação com o fortalecimento de grupos conservadores e reacionários no país. A operação de imediato se tornou uma “filha querida” para esses grupos que foram às ruas defendê-la como uma arma contra o que chamavam de “um Brasil sem a corrupção do PT”¹² – em referência ao Partido dos Trabalhadores –, assim como contra a uma suposta ameaça comunista e em defesa de pautas conservadoras. Com cinco dias após o anúncio pela Polícia Federal dos casos de corrupção envolvendo a Petrobrás, esses grupos foram às ruas de São Paulo reproduzindo uma nova “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”¹³, relembrando a marcha anticomunista e de apoio ao golpe civil-militar realizada em março de 1964.

¹¹ Operação Lava Jato. Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/>>. Acesso em: 02 de jun. 2021.

¹² Uma das principais frases dos manifestantes pró Lava Jato e contra os governos petistas

¹³ Nova versão da Marcha da Família percorre ruas do Centro de SP. G1, São Paulo, 22/03/2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/manifestantes-se-reunem-para-nova-versao-da-marcha-da-familia-em-sp.html>>. Acesso em: 02 de jun. 2021.

Podemos encontrar nas ações da Operação Lava Jato o apelo ao moralismo presente no ESP. Neste caso, o moralismo da corrupção. A Lava Jato tem como principal ferramenta de condenação para obtenção de provas contra seus investigados a delação premiada, que consiste na entrega de informações ou provas por um acusado que favoreça a identificação de coautores do delito praticado. Sob essa ótica,

a Operação Lava-Jato se firma numa categoria religiosa do arrependimento para delatar companheiros que são presos e condenado por construção de fatos seletivos e massificados pela grande mídia, que condena sem o devido rito jurídico. (FRIGOTTO, 2017, p. 24)

O ato de delatar, juntamente com a criminalização de adversários, é algo também aplicado nas ações do ESP, no qual uma das práticas de denúncia de professores “doutrinadores” é a delação por partes dos estudantes, que são estimulados, inclusive, a gravarem os professores em sala de aula.

Com um cenário de polarização desenhado, as eleições presidenciais de 2014 foram marcadas pelo acirramento da disputa entre a então Presidenta da República, Dilma Rousseff (PT), e seu adversário, o então senador Aécio Neves, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Com a vitória, por 51,64% dos votos válidos¹⁴, e reeleição, Dilma teve um início de segundo governo bastante conturbado:

o segundo governo Dilma Rousseff incorreu no custo político de executar a agenda empresarial e conservadora sem, com isso, porém, recriar o amplo apoio empresarial gozado no início do primeiro mandato. Ao contrário, o resultado da virada de política econômica foi aprofundar a perda de lucratividade e o descontentamento empresarial, e também detonar uma grande perda de popularidade inclusive na base de apoio tradicional dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) (BASTOS, 2017, pag. 5).

Nesse mesmo ano, houve manifestações em várias cidades brasileiras organizadas por grupos liberais-conservadores pedindo seu afastamento do cargo, esses protestos se intensificaram ao longo do tempo e construíram um terreno fértil para o Golpe de 2016. O movimento foi caracterizado pela utilização de vestimenta com as cores da bandeira brasileira, o verde e o amarelo, em especial a camisa da seleção brasileira de futebol, e também pela reivindicação de pautas que dialogavam diretamente com as do ESP.

Frigotto (2016) afirma que o *impeachment* de Dilma foi um “golpe jurídico, parlamentar, policial e midiático”. Para o autor, a gênese e sustentação do golpe esteve

na relação direta entre essas “forças”. Como nas confederações, a exemplo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo¹⁵, e institutos privados que representam os grupos detentores do capital local e internacional. Esses mesmos grupos, fazem parte da “grande mídia monopolista empresarial” e tem nela seu braço político e ideológico. O autor ainda pontua o papel fundamental de setores e figuras do Poder Judiciário, do Ministério Público e Polícia Federal para a concretização do golpe.

Os meios de comunicação de massa no Brasil, através do monopólio midiático, exercem forte influência no campo político do país. É fácil citar momentos em que a mídia foi instrumento ideológico utilizado para auxiliar transformações políticas em nosso país, em sua maioria, defendendo as forças antidemocráticas, neoliberais e conservadoras.

O ESP também utilizou as mídias como importante instrumento para sua divulgação. Além de ser pautado em diversos jornais tradicionais, teve nas redes sociais seu principal campo de atuação e propaganda. Tomaremos aqui como exemplo o Youtube, principal plataforma de audiovisual do mundo e rede social mais acessada pelos brasileiros¹⁶.

Uma das redes sociais mais utilizadas para a produção de conteúdo em defesa do ESP, nela podemos encontrar diversos canais e *youtubers* que tem como principal conteúdo a defesa dos ideais do projeto. Apresentamos o caso de Diego Rox¹⁷ e Paula Marisa¹⁸, *youtubers* de extrema-direita, que em seus canais, juntos, somam mais de 2 milhões de inscritos e 129 milhões de visualizações em seus vídeos. Os vídeos produzidos são de conteúdos variados, com viés de extrema-direita, e dentre os temas abordados a defesa do ESP está presente.

O canal do Movimento Brasil Livre (MBL) também tem entre seus vídeos conteúdo de apoio e defesa ao ESP, como o vídeo intitulado “Kim Kataguirí acaba com

¹⁵ Fiesp anuncia apoio formal ao processo de impeachment de Dilma. G1, 15/12/2015. Disponível em:<<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/12/fiesp-anuncia-apoio-formal-ao-processo-de-impeachment-de-dilma-20151214210007458825.html>>. Acesso em: 02 de jun. 2021.

¹⁶ A rede social mais usada pelos brasileiros: YouTube. Medium, 25/04/2019. Disponível em:<<https://medium.com/markethinkers/a-rede-social-mais-usada-pelos-brasileiros-youtube-d10c454f2f5e>>. Acesso em: 02 de jun. 2021.

¹⁷ Diego Rox Oficial. Youtube. Disponível em:<<https://www.youtube.com/c/DiegoRoxOficial/about>>. Acesso em: 02 de jun. 2021.

¹⁸ Paula Marisa. Youtube. Disponível em:<<https://www.youtube.com/c/PaulaMarisa/about>>. Acesso em: 02 de jun. 2021.

todos os argumentos contra o escola sem partido”¹⁹ que se encontra com mais de 640 mil visualizações. Poderíamos destacar mais alguns exemplos que demonstram a forte atuação nas mídias digitais dos defensores do projeto, mas nos limitaremos aos citados somente para uma breve exposição, visto que o presente trabalho é um recorte de uma pesquisa mais ampla sobre o tema.

No caso da Operação Lava Jato, eles tiveram nos principais veículos de comunicação de massa do país um forte aliado na construção do apelo popular para a manutenção de suas investigações. Com prisões preventivas e condenações de pessoas do alto poder empresarial e político, a operação foi ganhando cada vez mais destaque nos principais jornais do país. Um dos principais nomes a se destacar pela atuação na Lava Jato foi o ex-juiz de 1º instancia, Sérgio Moro, ex-Ministro da Justiça do Governo Bolsonaro.

Moro ganhou tanto destaque na mídia que em 2016 foi o único brasileiro a entrar na lista da Revista *Times* como uma das cem pessoas mais influentes do mundo. Não somente no meio midiático a figura de Moro ganhou destaque, mas também no cenário popular. Nas manifestações pró-*impeachment*, seu nome era sempre lembrado, exaltado e defendido.

Nesse processo, a mídia empresarial brasileira atuou como braço político e ideológico da elite, da qual faz parte, e da classe média do país, como uma verdadeira mobilizadora da população contra o mandato de Dilma. Um dos principais fatores utilizados para incendiar a opinião pública contra Dilma e o PT foi a cobertura enviesada a cada etapa da Operação Lava Jato. As diligências realizadas pela Polícia Federal envolvendo pessoas do PT ou ligadas direta ou indiretamente ao partido, recebiam mais destaque dos principais veículos de comunicação do país.

A mídia cumpriu um papel extremamente importante de convocação e mobilização da população contraria ao governo de Dilma. O jornal O Estado de São Paulo, um dos principais jornais do país, publicou um editorial intitulado “Chegou a hora de dizer: basta!”²⁰, convocando “os cidadãos brasileiros” para irem às ruas naquela que seria a maior manifestação nacional contra o governo Dilma, o dia 13 de março de 2016.

¹⁹ MBL.Youtube. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=lgQo2gov_h4&t=2s>. Acesso em: 02 de jun. 2021.

As manifestações desse dia foram convocadas, entre outros, pelo movimento Vem Pra Rua, Revoltados Online, o MBL e a FIESP via redes sociais. O protesto pedindo o *impeachment* de Dilma aconteceu em mais de 300 municípios do Brasil, reunindo cerca de 3 milhões de pessoas.²¹ A cobertura das manifestações foi ao vivo pelas principais emissoras de rádio e tv, aberta e paga, do Brasil.

A mesma importância dada pela mídia não aconteceu com as manifestações do dia 18 de março, em defesa da democracia e contra a destituição de Dilma. A cobertura da mídia foi bastante hostil, a jornalista da Globo News, Eliane Catanhede, afirmou que “a manifestação de hoje (18 de março) mostra que quem está indo pra rua é a militância. Não é o conjunto do povo brasileiro”. Um discurso de “nós contra eles”, deslegitimando os posicionamentos políticos de uma parcela da população brasileira que foi contrária ao golpe.

No dia 17 de abril de 2016 acontecia um dos episódios mais marcantes do processo de destituição de Dilma, a votação na câmara dos deputados federais, que por 367 votos favoráveis e 137 contrários, aprovou a admissibilidade do processo de *impeachment*, que a partir daí seguiu para o Senado que finalizou o golpe afastando Dilma definitivamente do cargo para qual foi democraticamente eleita.

Foi nesse momento que se demonstrou com clareza por parte dos deputados opositores ao Governo de Dilma, a posição de mobilização dos ideais morais e conservadores, onde a maioria dos deputados justificaram seus votos a favor do *impeachment* utilizando o discurso de “defesa da família, de Deus, contra a corrupção, pelo Brasil”.

A sessão foi transmitida ao vivo pelas principais emissoras de TV do país com mais de seis horas de votação. Ali estava sendo definido o futuro do Brasil, a legitimidade das instituições republicanas, o Estado democrático de direito, mas para os deputados de oposição parecia uma grande celebração, soltavam confetes, gritavam, aplaudiam. Alguns, enrolados com a bandeira do Brasil, outros com gravatas e faixas ao redor do pescoço em verde e amarelo ao proferirem seus votos “sim”:

²⁰ Chegou a hora de dizer: basta!. Estadão, 13/03/2016. Disponível em:<<https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,che-gou-a-hora-de-dizer-basta,10000020896>>. Acesso em: 02 de jun. 2021.

²¹ Manifestantes fazem maior protesto nacional contra o governo Dilma. G1, 13/03/2016. Disponível em:<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contra-governo-dilma-ocorrem-pelo-pais.html>>. Acesso em: 02 de jun. 2021.

Pela minha família, minha esposa, meus filhos, pelas famílias brasileiras, pelas crianças do Brasil, pela minha Santa Rosa, meu povo do Rio Grande, pelo Brasil, é “sim”, sr. presidente! (Osmar Terra, PMDB-RS).

Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor! Em defesa da vida, da família, da moral, dos bons costumes, contra a corrupção e não desistindo do Brasil, meu voto é “sim” (Pastor Eurico, PHS-PE). (PRANDI; CARNEIRO, 2018, p. 5)

Os valores conservadores que podemos encontrar na defesa do ESP, podemos vê-los transparentes na votação do *Impeachment*. A construção do Golpe que vitimou a Dilma fez destacar figuras importantes para o movimento ESP. Como já pontuamos ao longo do texto, há uma relação orgânica entre os sentimentos mobilizados pelos grupos que pediam o *impeachment* e pelos deputados que assim o fizeram, e os que defendem o ESP.

Na convocação das manifestações contra o governo petista, grupos como o Vem Pra Rua, MBL e Revoltados Online, ganharam notoriedade nas mídias sociais e seus integrantes se tornaram referência para o campo conservador e da direita brasileira. Alguns, inclusive, foram eleitos para mandatos de deputados estaduais e federais nas eleições de 2018.

Figuras como Alexandre Frota, ex-ator de filmes eróticos, integrante do grupo Revoltados Online, atuava como forte militante do ESP, chegando inclusive a ser recebido, em 2016, pelo então Ministro da Educação, Mendonça Filho (MDB). “É uma das minhas principais bandeiras”, disse sobre o ESP. Frota foi eleito deputado federal por São Paulo em 2018 pelo Partido Social Liberal (PSL), ex-legendado de Jair Bolsonaro.

Outras personalidades que ganharam notoriedade a frente do movimento pró-*impeachment* também se destacam na defesa do ESP. Nomes como Joice Hasselmann, jornalista, que também foi eleita deputada federal em 2018, antes mesmo de ser eleita parlamentar, já produzia conteúdo para seu canal no YouTube em defesa do ESP; os porta-vozes do MBL, Kim Kataguiri e Fernando Holiday, atuaram nas mídias oficiais do MBL defendendo o projeto. Holiday, à época vereador da cidade de São Paulo, fez vistorias ilegais em escolas públicas do município buscando ver “algum tipo de doutrinação ideológica.”²²

²² Vereador Fernando Holiday faz blitz em escolas para verificar 'doutrinação'. Estadão, 04/04/2017. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,vereador-fernando-holiday-faz-blitz-em-escolas-para-verificar-doutrinacao,70001726796>>. Acesso em: 02 de jun. 2021.

Outro forte apoiador do ESP é o pastor Silas Malafaia, um dos líderes da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo. Militante fervoroso do projeto, já participou de debates, gravou vídeos para seu canal no YouTube, encontrou-se com a bancada evangélica na Câmara e fez convocações para que as pessoas participassem das audiências públicas que debateriam o tema.

No campo religioso, temos também o pastor e ex-senador da república, Magno Malta, autor do projeto que tramitou no senado; o YouTuber Bernardo P Küster, autointitulado “jornalista católico” e um dos *youtubers* indicados por Bolsonaro como “excelente canal de informação no youtube!”²³, defende não somente o projeto, mas também o *homeschooling*²⁴; o pastor e deputado federal Marcos Feliciano (PSC); e a Bancada Evangélica no Congresso Nacional, que vetou a indicação de um nome para Ministro da Educação que não tivesse alinhamento com as ideias defendidas pelo ESP²⁵.

Considerações finais

Como pudemos observar através do caminho que percorremos no presente trabalho, o Escola Sem Partido está longe de ser somente um projeto inofensivo de um pai preocupado com a educação de sua filha. Nosso levantamento histórico nos permitiu observar como os ideais do movimento atuam além do campo educacional, estando presente em diversos segmentos da sociedade, além de seus militantes terem destaque nos momentos decisivos que marcaram os rumos do Brasil em seu contexto político e social.

O ESP, além de materializar a defesa de uma educação individualizada, tecnicista e sem formação política e cidadã, se apresentou como um instrumento estratégico para grupos conservadores e neoliberais da direita e da extrema-direita utilizarem como bandeira para ganhar notoriedade e relevância no contexto político em nosso país, como

²³ O que pensam os youtubers de Jair Bolsonaro?. Época, 17/11/2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/epoca/o-que-pensam-os-youtubers-de-jair-bolsonaro-23237031>>. Acesso em: 02 de jun. 2021.

²⁴ É a proposta de um ensino doméstico ou familiar, no Brasil essa modalidade de ensino é ilegal com base no artigo 246 do Código Penal.

²⁵ Como Escola Sem Partido e bancada evangélica se aliam. Nexo, 07/01/2019. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/11/23/Como-Escola-Sem-Partido-e-bancada-evang%C3%A9lica-se-aliaram>>. Acesso em: 02 de jun. 2021.

vimos no tópico acima. Justamente por ter ideais convergentes, a defesa do ESP foi decisiva para o destaque desses grupos.

O uso estratégico das mídias sociais foi um fator determinante para o sucesso do projeto e da propagação de seus ideais. Para além das páginas oficiais do ESP, há, em diversas redes sociais, perfis de apoio ao projeto e que funcionam como instrumento de divulgação e organização de seus apoiadores. Como é o caso do “Mães pelo Escola Sem Partido”²⁶, que além de uma página no Facebook também tem um grupo²⁷ com mais de mil e quatrocentos membros na mesma rede social.

Podemos compreender que o movimento ESP tem em diversos segmentos da sociedade uma gama de apoiadores, pessoas públicas que estão ligadas direta ou indiretamente ao projeto, mas que fazem propaganda e principalmente, são personificações dos sentimentos que mobilizam o ESP. O uso expressivo das mídias sociais foi de fundamental importância para a expansão do movimento, um passo à frente de grupos à direita da política brasileira. No entanto, mesmo que o solo tenha se tornado fértil para a ascensão de ideais conservadores e neoliberais, há o seu campo oposto, que é o da defesa intransigente de uma educação emancipadora, pública e democrática, e que tem cada vez mais se utilizado dessas mesmas mídias como ferramenta de combate à desinformação e as práticas de censura que movimentos como o Escola Sem Partido tentam promover.

Referências

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea.**, Rio de Janeiro. núm. esp., 2017: elocation - e172129, p. 1-63. Disponível em: <https://bit.ly/3DwGGSX>. Acesso em: 27 ago. 2021.

BRASIL. Projeto de Lei n. 867, de 23 de março de 2015. **Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido"**. Disponível em: <https://bit.ly/3zuVDm1>. Acesso em: 10 dez. 2019.

²⁶ Mães pelo Escola Sem Partido. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/maespeloescolasempartido/>. Acesso em: 02 de jun. 2021.

²⁷ Grupo Mães pelo escola sem partido. Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/groups/268120807230124/?ref=pages_group_cta. Acesso em: 02 de jun. 2021.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Tradução Mario A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Escola Sem Partido**, 2019. Página Inicial. Disponível em: <http://escolasempartido.org/>. Acesso em: 2 de jun. de 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

LIVRE, Movimento Passe. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: HARVEY, David; MARICATO, Ermínia; ŽIŽEK, Slavoj; DAVIS, Mike; BRAGA, Ruy; IASI, Mauro Luis et. al. **Cidades rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 15-21.

SECCO, Lincoln. Jornadas de Junho. In: HARVEY, David; MARICATO, Ermínia; ŽIŽEK, Slavoj; DAVIS, Mike; BRAGA, Ruy; IASI, Mauro Luis et. al. **Cidades rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 73-81.

HARVEY, David. Liberalismo como Destruição Criativa. **InterfacEHS - Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 2, n. 4, 2007. P. 1-30. Disponível em: <https://bit.ly/3yuPmFC>. Acesso em: 27 ago. 2021.

MARTINIANO, Thainá. **Neoliberalismo, Educação e Internet**: O Youtube como ferramenta de difusão dos ideais do Escola Sem Partido. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Ciências Humanas Comunicação e Arte, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2020, p. 30-47.

TV SENADO. CE - Comissão de Educação - 01/09/2016. **Youtube**, 1 set. 2016 (1h31min22s). Disponível em: <https://bit.ly/3tcG8x3>. Acesso em: 2 jun. 2021.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João L. Em nome do pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 33, n. 96, São Paulo, 2018, p. 1-22. Disponível em: <https://bit.ly/38pP88b>. Acesso em: 27 ago. 2021.